



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	2026
Tp. Período	Segundo semestre
Curso	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (050)
Disciplina	1108415 - CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA II
Turma	CCN
Local	SANTA CRUZ

Carga Horária: 51

PLANO DE ENSINO

EMENTA

Diferenças entre a legislação tributária e a estrutura conceitual para o relatório financeiro. Tópicos avançados de tributação. Planejamento tributário.

I. Objetivos

- Dotar o acadêmico de conhecimento sobre as normas tributárias vigentes no País, visando que ele adquira conhecimentos para auxiliar as empresas no recolhimento correto de tributos
- Discutir as alterações da legislação tributária que entrarão em vigor em exercícios subsequentes.
- Apresentar ao acadêmico os instrumentos de planejamento tributário.

II. Programa

- Lucro Real
 - Estrutura básica
 - Despesas dedutíveis e não dedutíveis
 - Exclusões ao lucro líquido e incentivos fiscais
 - Retenções na Fonte
 - Compensação de Prejuízos Fiscais
- Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR
- Lucro Real Trimestral
 - Balanços Trimestrais
- Lucro Real Anual
 - Pagamentos mensais por estimativa
 - Balanco ou balancete de suspensão e/ou redução do imposto
- Os Pronunciamentos Contábeis e os Impactos Tributários
- Reforma Tributária
 - Aspectos gerais da Emenda Constitucional nº 132/2023.
 - Lei Complementar nº 214/2025 – Institui o IBS, o CBS e o IS.
- Planejamento Tributário
 - Fundamentos do Planejamento Tributário
 - Elisão e Evasão Fiscal
 - Tópicos de Planejamento Tributário Aplicado

III. Metodologia de Ensino

A disciplina acontecerá por meio de aulas expositivas e dialogadas, discussões, trabalhos individuais e/ou em grupos e/ou estudos de caso, utilizando livros, artigos e legislações complementares, com a utilização de recursos audiovisuais, quadro de giz, laboratório de informática e outros.

IV. Formas de Avaliação

Avaliações Semestrais por meio de provas. Também poderão fazer parte da avaliação a elaboração e apresentação de trabalhos (em grupos e/ou individuais) e estudos de caso.

Será disponibilizada uma Avaliação de Recuperação de Conteúdos (ARN) a cada semestre, a qual consistirá em uma avaliação proposta no modelo de prova que será disponibilizada para os acadêmicos que necessitarem de recuperação dos conteúdos apresentados na disciplina (acadêmicos que obtiveram média inferior a 7,0). A nota final do semestre será composta da média entre a nota do semestre e a nota da ARN, se for o caso.

V. Bibliografia

Básica

BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172Compilado.htm

BRASIL. Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970. Institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp07.htm

BRASIL. Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991. Institui contribuição para financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp70.htm



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	2026
Tp. Período	Segundo semestre
Curso	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (050)
Disciplina	1108415 - CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA II
Turma	CCN
Local	SANTA CRUZ

Carga Horária: 51

PLANO DE ENSINO

BRASIL. Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998. Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9715.htm

BRASIL. Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002. Regulamenta a Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins devidas pelas pessoas jurídicas em geral. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4524.htm

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm

BRASIL. Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp128.htm

BRASIL. Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018. Regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9580.htm

BRASIL. Emenda Constitucional nº 132, de 20 de setembro de 2023. Altera o Sistema Tributário Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc132.htm

BRASIL. Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025. Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp214.htm

CREPALDI, Sílvia Aparecido. Planejamento Tributário: Teoria e Prática. 5. ed. São Paulo: Saraiva Uni, 2023. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571441439> (*)

FABRETTI, Lâudio Camargo. Contabilidade tributária. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788597009446> (*)

HIGUCHI, Hiromi. Imposto de Renda das Empresas: Interpretação e Prática. São Paulo: CRC/SP, 2017. Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal/publicacoes/livros/imposto-de-renda-das-empresas.pdf> (*)

OLIVEIRA, Gustavo Pedro. Contabilidade Tributária. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788502204621> (*)

PÉGAS, Paulo Henrique. Manual de contabilidade tributária. 10. ed. Barueri [SP]: Atlas, 2023. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559772087> (*)

PEIXOTO, Marcelo Magalhães (coord.). Planejamento tributário. São Paulo: Quartier Latin, 2004.

POHLMANN, Marcelo Coletto. Contabilidade tributária. – 2. ed. Barueri [SP]: Atlas, 2024. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559775873> (*)

SILVA, Fábio Pereira; PINTO, Alexandre Evaristo; PITMAN, Arthur. Manual de Gestão Tributária: Teoria e Prática. Barueri [SP]: Atlas, 2023. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559773909> (*)

(*) Bibliografias disponíveis na Minha Biblioteca, com acesso gratuito pelos acadêmicos.

Complementar

COSTA, Regina H. Curso de direito tributário: constituição e Código Tributário Nacional. São Paulo: Saraiva, 2023. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627499> (*)

MURCIA, Fernando D.; VETTORI, Gustavo G.; PINTO, Alexandre E.; AL, et. Controvérsias Jurídico-Contábeis. v.3. São Paulo: Grupo GEN, 2022. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772025> (*)

PAULSEN, Leandro. Constituição e código tributário comentados: à luz da doutrina e da jurisprudência. São Paulo: Saraiva, 2023. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624801> (*)

PINTO, Alexandre E. Controvérsias Jurídico-Contábil. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597023275> (*)

SABBAG, Eduardo. Código Tributário Nacional Comentado, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530980214> (*)

SILVA, Fábio Pereira da. Controvérsias Jurídico-contábeis. São Paulo: Grupo GEN, 2021. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027709> (*)

(*) Bibliografias disponíveis na Minha Biblioteca, com acesso gratuito pelos acadêmicos.

APROVAÇÃO

Inspetoria: DECIC/G
Tp. Documento: Ata Departamental
Documento: 001-2026
Data: 10/02/2026